

| 749 | CONCENTRAÇÃO ECONÔMICA REGIONAL, POLARIZAÇÃO E REDE URBANA NO BRASIL: UMA ANÁLISE COM BASE NO PIB EM NÍVEL MUNICIPAL¹

Humberto Eduardo de Paula Martins

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar as mudanças recentes na concentração econômica regional, em conjunto com a polarização e a rede urbana no Brasil, realizando uma abordagem desagregada em nível municipal. O trabalho tem a seguinte estrutura: Primeiramente, recupera-se o debate sobre a concentração das atividades produtivas no Brasil. Em seguida, examina-se a concentração espacial nos Estados brasileiros e municípios selecionados nos anos de 1985 e 2007: depois de apresentada a metodologia utilizada, são discutidos os principais resultados encontrados. Posteriormente, aborda-se a polarização e a terciarização nos municípios selecionados e, por fim, examina-se a posição e as características relacionadas à rede urbana dos municípios de maior dinamismo econômico.

Palavras-chave: Brasil, Desenvolvimento Regional, Concentração Espacial, Produto Interno Bruto, Índice de Terciarização.

1. Introdução

A literatura de economia regional vem discutindo nos últimos anos a concentração espacial das atividades produtivas. Castro (1970), por exemplo, discute as origens da histórica concentração espacial das atividades produtivas e suas implicações para o Brasil. Na década de 1990, essa temática voltou a ser amplamente debatida, com enfoque nos movimentos de desconcentração e reconcentração que vêm marcando as atividades produtivas no período recente. A discussão envolve as transformações recentes no processo produtivo e as mudanças no padrão de concentração e localização das atividades produtivas do Brasil, que se tornam elementos essenciais para um entendimento da realidade acerca da tendência da distribuição espacial da produção entre as regiões brasileiras.

Este trabalho visa contribuir para a discussão sobre a dinâmica espacial das atividades produtivas no País, analisando indicadores (Produto Interno Bruto absoluto dos municípios selecionados de todas as regiões do Brasil) para os anos de 1985 e 2007. Certamente, o exame desses indicadores favorece a identificação do que está acontecendo em termos de desconcentração e reconcentração produtiva no País no período recente, auxiliando no estudo das causas e consequências das desigualdades regionais.

O trabalho tem a seguinte estrutura: Primeiramente, recupera-se o debate sobre a concentração das atividades produtivas no Brasil. Em seguida, examina-se a concentração

¹ Este trabalho contou com apoio da FAPEMIG para sua realização e divulgação.

espacial nos Estados brasileiros e municípios selecionados: depois de apresentada a metodologia utilizada, são discutidos os principais resultados encontrados. Posteriormente, aborda-se a polarização e a terciarização nos municípios selecionados e, por fim, examina-se a posição e as características relacionadas à rede urbana dos municípios de maior dinamismo econômico.

2. O debate sobre a concentração espacial das atividades produtivas no período recente

Historicamente, observou-se até a década de 1970 uma concentração na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), sendo substituída por uma tendência de desconcentração econômica no território nacional entre os anos de 1970 e 1985. Mas um arrefecimento desta desconcentração da economia nacional foi observado a partir de meados da década de 1980.

O ponto inicial para a retomada do debate nos últimos anos acerca da temática da concentração espacial das atividades produtivas se deu com o trabalho de Diniz (1993). De acordo com este autor, nos últimos anos com a alteração da distribuição da produção industrial do País, a participação da RMSP sofreu um relativo declínio. Para alguns estudiosos, estaria ocorrendo um processo de desconcentração ou polarização reversa. No entanto, para Diniz (1993, p. 35), é apropriado considerar o País como um caso de desenvolvimento poligonal, “onde um número limitado de pólos de crescimento tem capturado a maior parte das novas atividades econômicas”.

Nos seus estudos, o autor coloca que não há uma real desconcentração, pois os novos polos estão próximos ou no próprio estado de São Paulo. Segundo este autor, a partir da década de 1970 começou um processo de desconcentração: no primeiro momento a reversão da polarização da RMSP atingiu várias regiões do Brasil, mas, no segundo momento, ela restringe-se mais, de modo que acontece uma reconcentração do polígono que abrange a região Centro-Sul do País, envolvendo o entorno do estado de São Paulo até o estado do Rio Grande do Sul, “dentro do qual estão sendo formados os principais polos de alta tecnologia” (Diniz, 1993, p. 36). Ou seja, o período posterior à década de 1990 caracteriza-se por um movimento de reconcentração industrial no Centro-Sul do Brasil, sendo chamado de “polígono”, que abrange uma área entre as cidades de Belo Horizonte, Uberlândia, Londrina/Maringá, Porto Alegre, Florianópolis e São José dos Campos, se encontra a maior parte da indústria moderna do País.

Para Diniz (1993), a reversão da polarização da RMSP aconteceu quando esta região começou a apresentar deseconomias de aglomeração, sendo que as economias de aglomeração foram ampliadas em outras cidades, no interior de São Paulo e em outros estados. Além disso, essa reversão também teve contribuição da distribuição geográfica dos recursos naturais. Dessa forma, o autor coloca como resultado dessa ação a diminuição do ritmo de crescimento da região de São Paulo, conseqüentemente a sua posição relativa na produção industrial começa a regredir. A primeira fase da reversão da polarização, “ocorreu com um relativo espraiamento dos investimentos e da produção industrial para outras regiões do País” (Diniz, 1993, p.50).

No ponto de vista tecnológico, o processo de desconcentração relativa teve o mesmo padrão industrial, com ampliação das indústrias básicas, com base nos recursos naturais. A respeito da tecnologia, o crescimento teve como base a ciência e a técnica. Desse modo, as pesquisas estão notando a relevância da tecnologia para o “desenvolvimento industrial e para o crescimento das regiões” (Diniz, 1993, p.55). Considerando as instituições de ensino e de pesquisa e o mercado de trabalho profissional como sustentadores para a atividade tecnológica. Diniz conclui que diante de todos os fatores “tendem a confinar o crescimento econômico nacional na região que vai de Belo Horizonte a Porto Alegre” (Diniz, 1993, p.57), que inclui o entorno do estado de São Paulo. Diante dos fatos, este autor concilia a ideia de reversão da polarização da RMSP, porque este polígono aumentou sua participação na produção industrial.

Esse tema tem contribuições de vários autores, sendo que alguns apontam questões compatíveis com a de Diniz e outros assumem uma visão mais crítica em relação à tese do desenvolvimento poligonal e do trabalho desse autor.

Como é o caso de Negri e Pacheco (1994), que seguem uma linha de pesquisa contrária em relação à tese do desenvolvimento poligonal. Estes autores têm uma perspectiva mais crítica a respeito desse tema, apresentando uma análise de crescimento não só na área do polígono, mas também um crescimento fora dele: “Espírito Santo, Bahia, os Estados do Norte e Centro-Oeste também ampliaram seu peso no total nacional” (Negri e Pacheco, 1994).

Para Pacheco (1996), é preciso fazer um exame do conjunto dos dados relativos e absolutos para se ter uma melhor compreensão da desconcentração e da perda de peso relativa da RMSP. Segundo Pacheco, na qualificação da desconcentração econômica no período recente, dois elementos são fundamentais: i) existe desconcentração, mas não reversão da polarização porque fundamentalmente não existem alternativas de polarização

externas a São Paulo (Pacheco, p.224, 1998); ii) situa a desconcentração no contexto brasileiro nas décadas de 1980 e 1990. O processo de desconcentração se amplia à medida que segmentos mais dinâmicos, atrelados à demanda externa ganhavam autonomia em relação ao desempenho econômico de todo o conjunto. Assim, além dos problemas apresentados dentro do tema de concentração, o autor identifica uma questão nacional que é essencial para a análise. Essa questão está determinada de acordo com as características da política econômica nacional, que é o meio pelo qual o autor problematiza as conclusões de Diniz.

Segundo Matos (2005), a dicotomia “atrasado *versus* moderno”, mesmo existindo, não serve para caracterizar o Brasil quando se observam algumas mudanças em curso. O autor aponta três Brasis: a Fração Centro-Sul, que engloba os estados de Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal, e parte de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso; Fração Norte, que corresponde parcialmente à Região Norte na divisão oficial do IBGE, mais parte de Mato Grosso, e a Fração Nordeste, correspondente, em grande medida à Região Nordeste, na divisão do IBGE.

Diniz (2006) incorpora em sua análise novos elementos, construindo um quadro mais complexo sobre as tendências recentes do desenvolvimento regional no Brasil, com a identificação, por exemplo, de diferenças significativas na localização dentre os setores produtivos.

3. A Concentração do PIB por Estados e por Municípios

3.1 Metodologia e Bases de Dados para Análise da Concentração

Para analisar a concentração das atividades produtivas, neste trabalho, foram coletados e analisados dados referentes ao PIB absoluto dos municípios selecionados de todos os estados do Brasil. A seleção dos municípios desses estados levou em consideração os municípios que possuía acima de 4.500 trabalhadores formais no ano de 2000, de acordo com a base de dados da Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS/MTE). Com base nesse critério, foram selecionados ao todo 572 municípios do Brasil.

Os dados referentes ao PIB foram obtidos no IPEADATA, para todos os municípios selecionados e para os estados supracitados, referentes aos anos de 1985, 1996, 2000, 2005 e 2007. Após a obtenção dos dados, iniciamos o cálculo do percentual referente à participação de cada município no PIB absoluto do Brasil, em cada ano. Depois de calculada a participação de cada município, foi calculada a variação na participação no PIB do Brasil

entre 1985 a 2007 para cada município. Posteriormente, eles foram classificados de acordo com a sua variação na participação do PIB entre 1985 e 2007, sendo que foram estabelecidos quatro grupos de variações: Crescente Acentuado, Crescente Moderado, Estável e Decrescente. Essa classificação tem a vantagem de considerar conjuntamente a importância (ou o peso) do município no PIB do Brasil com a mudança nessa importância. Dessa maneira, em contraste com a análise das taxas de crescimento, evita-se superestimar municípios com taxas de crescimento muito altas, mas com pouquíssima atividade econômica (ver Martins et alii, 2009).

A classificação Crescente Acentuado engloba os municípios que tiveram acentuada elevação de sua participação no PIB do Brasil, correspondendo a valores acima de 0,050 pontos percentual; Crescente Moderado envolve os municípios que apresentam variação positiva relevante da participação no PIB do Brasil (entre 0,050 e 0,005 pontos percentuais); Estável, municípios que não apresentaram significativa alteração de sua participação (variação de 0,005 a -0,005 pontos percentuais); e Decrescente, comporta os municípios que apresentaram acentuada redução da participação no PIB (redução maior que 0,005 pontos percentuais). Os critérios para definição dos limites das categorias se baseiam na identificação de dinâmicas diferentes entre os municípios analisados.

3.2 Resultados e Análise: A dinâmica do período 1985/2007

A tabela 1 mostra a soma dos PIB's absolutos dos municípios selecionados e sua participação, bem como a soma dos PIB's e a participação dos demais municípios.

Tabela 1 - Participação dos Municípios Selecionados e Demais Municípios no Total do PIB Nacional (1985, 1996, 2000, 2005 e 2007)

	Municípios selecionados		Demais municípios		Brasil	
	PIB	%	PIB	%	PIB	%
1985	694.442.712,61	80,45	168.690.908,49	19,55	863.133.621,10	100
1996	802.486.470,34	84,23	143.556.973,06	15,17	946.043.443,40	100
2000	73.773.108,64	79,34	227.481.798,36	20,66	1.101.254.907,00	100
2005	1.082.446.929,90	80,58	260.812.646,10	19,42	1.343.259.576,00	100
2007	1.224.208.306,33	80,38	298.851.220,08	19,62	1.523.059.526,41	100

Fonte: Elaboração própria com base no IBGE e IPEA (2010)

A partir da Tabela 1, percebe-se que a participação relativa dos 572 municípios selecionados é muito superior à dos demais municípios (4.993 municípios não selecionados)

no PIB do Brasil. Ressalta-se que a participação relativa dos municípios selecionados apresentou pequenas oscilações em torno do percentual de 80% do PIB brasileiro, ou seja, a participação relativa dos municípios selecionados manteve-se estável no período 1985/2007.

Tabela 2 - Número de Municípios Selecionados, por Classe de Variação da Participação no PIB e Respectivos Limites

Classe	Limites de Classe	Nº de Municípios	%
Crescente Acentuado	var > 0,050	57	9,97
Crescente Moderado	0,050 < var < 0,005	161	28,15
Estável	0,005 < var < -0,005	147	25,70
Decrescente	var < -0,005	207	36,19
Total	-	572	100,00

Fonte: Elaboração Própria (2010).

Conforme observado na tabela acima, 147 municípios apresentaram classificação Estável, 218 foram classificados como Crescente, (57 como Crescente Acentuado 161 como Crescente Moderado); e 207 foram classificados como Decrescente.

Tabela 3 - Número de Municípios por classes dos Estados Selecionados segundo a classificação quanto à variação na participação no PIB no Brasil; e Percentual de Participação dos Estados no PIB Nacional

UF	Número de Municípios						PIB %	
	Crescente Acentuado	Crescente Moderado	Estável	Decrescente	Soma	%	1985	2007
SP	16	46	17	91	170	29,72	35,42	33,92
RJ	4	13	4	13	34	5,94	12,2	11,15
MG	3	21	30	19	73	12,76	9,75	9,06
RS	1	9	22	32	64	11,19	7,86	6,65
PR	4	7	18	9	38	6,64	6,08	6,07
BA	3	7	6	9	25	4,37	5,35	4,12
SC	6	11	15	2	34	5,94	3,24	3,93
PE	1	5	7	10	23	4,02	2,62	2,34
DF	1	-	-	-	1	0,17	2,17	3,75
GO	4	5	1	-	10	1,75	1,95	2,45
CE	2	4	5	3	14	2,45	1,71	1,89

ES	3	3	4	2	12	2,10	1,63	2,27
AM	1	1	-	-	2	0,35	1,52	1,58
PA	3	2	1	4	10	1,75	1,52	1,86
MS	1	3	1	2	7	1,22	1,01	1,05
SE	-	2	1	2	5	0,87	0,92	0,63
AL	-	3	3	3	9	1,57	0,85	0,67
MT	3	2	2	1	8	1,40	0,81	1,6
RN	-	2	2	2	6	1,05	0,77	0,86
MA	-	3	2	-	5	0,87	0,74	1,19
PB	-	4	1	1	6	1,05	0,72	0,83
RO	-	1	2	2	5	0,87	0,46	0,56
PI	-	1	2	-	3	0,52	0,38	0,53
AC	-	1	-	-	1	0,17	0,13	0,22
AP	-	-	1	-	1	0,17	0,12	0,23
RR	1	-	-	-	1	0,17	0,07	0,16
TO	-	5	-	-	5	0,87	-	0,43
Total	57	161	147	207	572	100	100	100

Fonte: Elaboração própria com base no IBGE e IPEA (2010).

Na Tabela 3, percebe-se que o estado de São Paulo, maior percentual de participação no PIB brasileiro, mostrou ligeira redução dessa participação no período. Enquanto isso, alguns estados do Norte e Nordeste, mesmo não apresentando participações expressivas, vêm apresentando pequenos aumentos de participação no PIB nacional, caso do Pará, Paraíba e Maranhão. O estado do Rio de Janeiro, segundo maior percentual de participação no PIB do Brasil, apresentou uma participação mais significativa nos primeiros anos analisados, diminuindo nos últimos. O estado de Minas Gerais apresentou o terceiro maior percentual de participação em relação aos demais estados analisados. O seu percentual foi relativamente estável, mas sofreu uma pequena diminuição nos últimos anos. Nos estados da Região Sul, Santa Catarina mesmo possuindo o menor percentual de participação dentre os estados do Sul, vem mostrando um progresso pequeno, mas relevante e se aproximando do estado do Paraná. Dos três estados da Região do Sul, o Rio Grande do Sul foi o que apresentou o maior percentual de participação no PIB do Brasil. Entretanto, este

estado se encaixa na mesma situação de São Paulo e Rio de Janeiro: sua participação vem apresentando uma queda ao longo dos anos.

De maneira geral, no período 1985/2007, observa-se certa estabilidade da participação percentual dos Estados no PIB do Brasil, indicando, nessa escala um esgotamento do processo de desconcentração que marcou a década de 1970.

A análise por municípios permite examinar as tendências de maneira mais desagregada. Apesar de os municípios selecionados, em conjunto, terem apresentado estabilidade quanto à participação no PIB brasileiro, verifica-se que, individualmente, tiveram comportamento heterogêneo, distribuindo-se de maneira relativamente equânime entre as classes Crescentes, Estáveis e Decrescentes.

O exame do Mapa 1, em anexo, focaliza os municípios classificados como Crescentes (Acentuados e Moderados) e permite identificar espacialmente as tendências de crescimento entre 1985 e 2007. Em primeiro lugar, identifica-se que os municípios com crescimento relevante de sua participação no PIB nesse período estão presentes em praticamente todo o País, mas concentram-se em uma área no entorno do Estado de São Paulo, similar à área do polígono estabelecido por Diniz (1993). Em segundo lugar, pode-se perceber uma parcial configuração de três eixos que ligam essa área a outras regiões: um eixo litorâneo, que vai do Rio de Janeiro ao Ceará; um eixo que vai do entorno do Distrito Federal em direção Norte, até o Pará; e um eixo que vai do Estado de São Paulo na direção Noroeste, passando por até o Mato Grosso, podendo-se considerar também Rondônia e Acre.

Com base na análise realizada, é possível identificar as seguintes tendências para o período 1985/2007:

- a) A participação dos Estados variou pouco, podendo-se identificar uma estabilidade em linhas gerais;
- b) Os municípios selecionados, cuja participação em conjunto manteve-se estável em torno dos 80% do PIB brasileiro, em nível individual apresentaram comportamento heterogêneo, distribuindo-se de maneira relativamente equânime dentre as classes Crescente, Estável e Decrescente;
- c) Os municípios classificados como Crescentes estão concentrados em uma área similar à área denominada de polígono por Diniz (1993), com a parcial configuração de três eixos que alcançam outras regiões do Brasil.

4. Polarização e Terciarização nos municípios selecionados

4.1 Polarização, Terciarização e Desenvolvimento Regional

Lemos *et alii* (1999 *apud* GARCIA e LEMOS, 2009, p.254) considera que a regionalização do Brasil a partir dos seus centros urbanos envolve a “distribuição desigual da população urbana no espaço”, sendo proveniente das economias de especialização e de urbanização. Assim, tem-se uma hierarquia urbana caracterizada com centros de maior porte para os de menor porte.

Garcia e Lemos (2009) apresentam que o modelo gravitacional proposto por Lemos *et alii* (1999) permite conhecer o raio de influência de um polo. Para tal, calcula-se o índice de terciarização para definição da regionalização econômica, possibilitando estabelecer uma hierarquia funcional inter-regional. (Ver Lemos *et alii*, 2003, p.670-71).

Guimarães e Faria (2006, p.9) aplicam o método de terciarização e utilizam o método de polarização, que possibilita classificar “a importância da nucleação urbana e assim definir a área de influência dos municípios polos empregados no modelo” e, combinado com o método de terciarização, mostra o potencial econômico de cada município no seu entorno.

Então, os lugares centrais vão se formando e organizando, possibilitando “a reprodução de regiões e desenvolvimento de economias regionais, com níveis diferenciados de integração econômica” (LEMOS *et alii*, 2003, p.668), formando um sistema de hierarquia urbana. O trabalho de Lemos *et alii* (2003, p.681-682) apresentou como resultado a identificação de onze áreas de polarização dos doze macropolos selecionados, que estão no topo das hierarquia regional do Brasil. Os autores destacam que São Paulo e Rio de Janeiro são os polos nacionais, enquanto Espírito Santo, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina sequer são classificados como polos. No que tange o polo de Belo Horizonte, este apresenta uma influência limitada nos municípios mineiros, uma vez que São Paulo polariza as regiões mais dinâmicas do estado de Minas Gerais (Triângulo Mineiro e parte do Sul de Minas) enquanto o Rio de Janeiro influencia a região da Zona da Mata e o restante do Sul. Ademais, o Noroeste Mineiro é polarizado por Brasília e Goiânia. Na região Nordeste do Brasil os únicos polos identificados foram as capitais Salvador, Fortaleza e Belém “incorporam as demais capitais de estado da região como áreas de Influência”. Na região Norte observa-se o polo de Manaus que influencia uma área bastante extensa, mas pouco dinâmica.

Lemos *et alii* (2003, p.698) destaca que as áreas polarizadas pelo macropolo nacional – São Paulo – apresentam “vantagens de forte integração industrial intra-regional”, enquanto que essas vantagens para o macropolo nacional do Rio de Janeiro são muito reduzidas. Então, os macropolos regionais mais próximos de São Paulo apresentam vantagens que possibilitam um maior dinamismo econômico.

Conforme apresentado por Guimarães e Faria (2006), quanto mais dinâmico for o setor terciário de uma localidade, maior o grau de polarização dessa localidade. Ademais, a extensão da sua área de influência está diretamente relacionada com o tamanho das relações de torça de mercadorias e serviços da localidade.

4.2 Índice de Terciarização nos municípios selecionados

No presente trabalho, o cálculo do Índice de Terciarização baseou-se no trabalho de Guimarães e Faria (2006):

$$It = \frac{\text{PIB dos Serviços} + \text{PIB do Comércio}}{\text{PIB da Indústria} + \text{PIB da Agricultura}}$$

Se $It \geq 1$, município com capacidade de polarização ;

Se $It < 1$: município sem capacidade de polarização.

Tabela 4 - Média do Índice de Terciarização para os anos de 1985 e 2007

Classe	1985	2007
Crescente Acentuado	1,555	2,477
Crescente Moderado	0,953	2,393
Média dos Crescentes	1,111	2,415
Estável	0,913	2,400
Decrescente	0,757	2,209
Decrescente sem Rio de Janeiro e São Paulo	0,750	2,180
Total	0,932	2,336

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IPEADATA.

Podemos observar a partir da tabela acima, que a classe crescente acentuado apresentou um aumento da capacidade de polarização econômica no ano 2007 em relação ao ano 1985, no qual ela já era significativa. Já a classe crescente moderado apresentou um significativo aumento na capacidade de polarização dos municípios no período analisado. Devemos ainda ressaltar que a média do índice é maior para os crescentes acentuados do que para os crescentes moderados tanto para o ano de 1985 quanto para o ano de 2007, mas devemos ressaltar que no ano de 2007 a variação entre as médias das classes diminuiu. Outro fator relevante é que a média do índice de terciarização cresceu principalmente para os crescentes moderados.

Observando a média do índice de terciarização da classe crescente como todo, notamos que apresentou um aumento da capacidade de polarização econômica no ano 2007 em relação ao ano 1985, no qual ela já era significativa, a média do índice no ano de 1985 é de 1,111 mostrando certa capacidade de polarização e no ano de 2007 essa média do índice aumentou para 2,415 mostrando o aumento da capacidade de polarização dos municípios crescentes.

Tabela 5 - Capacidade de Polarização (IT > 1 sim; IT < ou = 1 não)

Classe	1985 SIM	1985 NÃO	2007 SIM	2007 NÃO
Crescente Acentuado	23	27	40	17
Crescente Moderado	57	97	126	35
Soma dos Crescentes	80	124	166	52
Estável	44	102	129	18
Decrescente	40	162	177	30
Total	164	388	472	100,00

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IPEADATA.

A partir da tabela acima podemos observar que a classe crescente acentuado no ano de 1985 tem 23 municípios com capacidade de polarização econômica e 27 sem capacidade de polarização, já no ano de 2007 ocorre uma inversão chegando com 40 municípios com capacidade de polarização e 17 municípios sem capacidade de polarização. Já a classe crescente moderado apresenta no ano de 1985, 57 municípios com capacidade de polarização e 97 sem capacidade de polarização, no ano de 2007 ocorre uma mudança com 126 municípios com capacidade de polarização e 35 municípios sem capacidade de polarização.

Analisando a classe dos crescentes notamos que no ano de 1985 a quantidade de municípios com capacidade de polarização era menor que a quantidade de municípios sem capacidade de polarização, já no último ano analisado notamos que o total de municípios com capacidade de polarização aumenta significativamente saindo de 80 municípios no ano de 1985 e chegando a 166 municípios em 2007 e o número de municípios que não tinham capacidade de polarizar era de 124 em 1985 e de 52 no ano de 2007.

Assim, a análise da capacidade de polarização dos municípios selecionados, realizada com base no seu Índice de Terciarização, mostra que:

- a) Em 1985, tanto a média do Índice de Terciarização quanto o número de municípios com capacidade de polarização são maiores dentre os municípios classificados como Crescentes;
- b) Entre 1985 e 2007 houve elevação tanto a média do Índice de Terciarização quanto do número de municípios com capacidade de polarização em todas as classes dos municípios selecionados;
- c) A elevação da média do Índice de Terciarização e do número de municípios com capacidade de polarização foi maior dentre os municípios classificados como Decrescentes, seguida pelos considerados Estáveis, que se aproximaram, em 2007 dos valores dos municípios classificados como Crescentes.

5. Rede urbana, áreas de influência e classificação na REGIC

A classificação de Regiões de Influência das Cidades (REGIC) de 2007, construída a partir do estabelecimento de “uma classificação dos centros, seguida da delimitação de suas áreas de atuação” (REGIC, 2007, p.131), enfatizou a gestão do território, definindo a hierarquia dos núcleos de gestão do território e as ligações entre os municípios, para estabelecimento das redes de influência. Sendo identificados cinco níveis, nas quais as cidades foram classificadas.

O primeiro nível da hierarquia é denominado *Metrópoles* subdivididos três subníveis: Grande Metrópole Nacional; Metrópole Nacional; Metrópole. O segundo nível denominado é *Capital Regional* subdividido em: Capital Regional A; Capital Regional B; Capital Regional C. *Centro Sub-Regional* é a denominação do terceiro nível hierárquico e está subdividido em: Centro Sub-Regional A; Centro Sub-Regional B. O quarto nível é o *Centro de Zona*, subdividido em: Centro de Zona A; Centro de Zona B. O último nível hierárquico é denominado *Centro Local*.

Os municípios classificados como Crescentes (Acentuados e Moderados) entre 1985 e 2007 distribuem-se em quase todas as classes estabelecidas pela REGIC 2007:

Tabela 6 - Número de Municípios Crescentes segundo a Classificação da REGIC 2007

Classificação (REGIC 2007)	Moderado	Acentuado	Soma	%
Metrópole Nacional	0	1	1	0,46
Metrópole	1	2	3	1,38

Capital Regional A	5	4	9	4,13
Capital Regional B	8	5	13	5,96
Capital Regional C	17	3	20	9,17
Centro Sub Regional A	19	8	27	12,39
Centro Sub Regional B	11	2	13	5,96
Centro da Zona A	19	4	23	10,55
Centro da Zona B	10	1	11	5,05
Centro Local	22	5	27	12,39
Fazem parte de Regiões Metropolitanas	49	22	71	32,57
Total	161	57	218	100,00

Fonte: Elaboração própria com base na Regic 2007- IBGE (2012).

Percebe-se, com base na Tabela 6, que 71 municípios classificados como Crescentes (um terço deles) fazem parte de alguma Região Metropolitana do Brasil, sendo 22 municípios classificados como Crescente Acentuado e 49 municípios como Crescente Moderado. Observa-se que 40 (18% dos municípios Crescentes) estão no terceiro nível hierárquico da Rede Urbana do Brasil – Centro Sub-Regional –, sendo subdividido em Centro Sub-Regional A e Centro Sub-Regional B. Dos 218 municípios classificados como Crescentes, 34 municípios integram o nível hierárquico Centro de Zona, sendo 23 municípios são considerados Centro da Zona A, e 11 como Centro da Zona B.

No nível hierárquico Capital Regional, tem-se 19% dos municípios classificados como Crescentes. A maioria dos municípios, da categoria Capital Regional, é classificada como Crescente Moderado (30 de 42 municípios). No último nível hierárquico, Centro Local, estão 27 municípios, sendo cinco classificados como Crescente Acentuado e 22 municípios como Crescente Moderado.

Verifica-se, assim, que a proporção de municípios na subdivisão Crescente Acentuado é maior dentre aqueles que estão em Regiões Metropolitanas, e distribui-se entre demais categorias hierarquizadas, diminuindo à medida que diminui o nível hierárquico de classificação. Vale ressaltar ainda que dois municípios classificados como Crescente Acentuado são Metrôpole e ainda tem-se um município como Metrôpole Nacional. Enquanto que dos municípios classificados como Crescente Moderado apenas um municípios é Metrôpole.

A Tabela 7 mostra a Rede de Influência sobre os municípios classificados como Crescentes:

Tabela 7 - Número de Municípios Crescentes Segundo a Rede de Influência

Rede de Influência	Moderado	Acentuado	Soma	%
São Paulo (SP)	52	20	72	33,03
Rio de Janeiro (RJ)	18	7	25	11,47
Porto Alegre (RS)	17	2	19	8,72
Belo Horizonte (MG)	16	2	18	8,26
Curitiba (PR)	9	8	17	7,80
Recife (PE)	12	1	13	5,96
Goiânia (GO)	9	4	13	5,96
Fortaleza (CE)	10	2	12	5,50
Salvador (BA)	8	3	11	5,05
Brasília (DF)	6	2	8	3,67
Belém (PA)	2	3	5	2,29
Manaus (AM)	1	2	3	1,38
Curitiba (PR) / Porto Alegre (RS)	1	1	2	0,92
TOTAL	161	57	218	100,00

Fonte: Elaboração própria com base na Regic 2007- IBGE (2012).

A tabela mostra que São Paulo destaca-se em relação ao número de municípios Crescentes que influencia (cerca de um terço deles). Em seguida, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte, são as que influenciam mais municípios Crescentes. Entretanto, se consideradas separadamente as duas subdivisões surgem algumas especificidades nesse quadro: na subdivisão Crescente Acentuado, há uma diminuição da participação das áreas de influência de Belo Horizonte e de Porto Alegre, e um aumento da participação da área de influência de Curitiba.

Assim, a contraposição dos municípios classificados como Crescentes com sua classificação na Regic mostra que:

- a) Esses municípios distribuem-se dentre diversos níveis da hierarquia urbana: em maior número como parte de Regiões Metropolitanas, depois, decrescendo proporcionalmente ao nível hierárquico: Capital Regional, Centro Sub Regional, Centro de Zona e Centro Local;
- b) Com relação à Área de Influência, os municípios classificados como Crescentes estão distribuídos em várias áreas de influência, podendo-se identificar quatro grupos

predominantes , em ordem decrescente: i) São Paulo; ii) Rio de Janeiro; iii) Porto Alegre, Belo Horizonte e Curitiba; e iv) Recife, Goiânia, Fortaleza e Salvador.

6. Conclusão

A análise realizada neste trabalho tratou de aspectos fundamentais para a compreensão das tendências recentes do desenvolvimento regional brasileiro. A retomada do debate acerca da concentração espacial das atividades no Brasil, em conjunto com o exame das mudanças em nível municipal no período recente permite acrescentar novos aspectos a esse debate, em uma análise mais desagregada. Os resultados mostram que, no período 1985/2007, embora a participação dos Estados tenha apresentado certa estabilidade, em nível municipal houve variações significativas. Os municípios selecionados, que em conjunto responderam uma participação em torno de 80% do PIB nacional ao longo do período, mostraram um comportamento heterogêneo, distribuindo-se, em proporções similares, dentre as classes Crescente, Estável e Decrescente. Verifica-se ainda que, os municípios classificados como Crescentes, identificados com as tendências espaciais de crescimento das atividades produtivas (ver Mapa 1), estão localizados nas várias regiões do Brasil, mas com marcada preponderância na área no entorno do Estado de São Paulo, similar à área do polígono identificado por Diniz (1993), com a parcial configuração de três eixos (Litorâneo, Centro-Norte e Noroeste), que alcançam outras regiões do Brasil.

A análise da capacidade de polarização dos municípios selecionados, realizada com base no seu Índice de Terciarização, mostra que os municípios selecionados elevaram seu Índice de Terciarização no período, bem como o número de municípios com capacidade de polarização. Essa elevação, em ambos os casos, foi maior nos municípios classificados como Decrescentes, seguidos pelos Estáveis, o que provocou uma aproximação do nível de capacidade de polarização das três classes ao final do período.

O exame da posição e das características com relação à rede urbana dos municípios classificados como Crescentes mostra que eles estão classificados em diversos níveis, sendo em maior número nas Regiões Metropolitanas e decrescendo à medida que diminui o nível de hierarquia. Além disso, esses municípios estão localizados, em sua maior parte, em áreas de influência das metrópoles do Sudeste, e, em menor grau do Sul, sendo relevante ainda a participação das áreas de influência das metrópoles no Nordeste.

Em conjunto, os resultados deste trabalho permitem identificar tendências recentes do desenvolvimento regional brasileiro, que vão além da estabilidade encontrada, em geral, nas análises realizadas em nível estadual. Em síntese, essas tendências podem ser

assim colocadas: comportamento heterogêneo dos municípios quanto à participação no PIB; reforço do dinamismo econômico da área no entorno do Estado de São Paulo, simultaneamente à formação de três eixos dinâmicos que alcançam outras regiões; ampliação e aproximação da capacidade de polarização nos maiores municípios do País; localização predominante, dentre os municípios de maior dinamismo econômico, nas áreas de influência de São Paulo, e das outras metrópoles do Sudeste e do Sul.

8. Referências Bibliográficas

CASTRO, A. B. de. 1970. A Herança Regional no Desenvolvimento Brasileiro. In: CASTRO, A. B. de 1980. *Sete Ensaios sobre a Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 3ª Edição, p. 09-83.

DINIZ, C. C. 1993. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização. In: *Nova Economia*. Belo Horizonte, v. 3, n. 1, set. p. 35-64.

_____. 2006. A busca de um projeto de nação: o papel do território e das políticas regional e urbana. In: *Revista da Anpec, Economia, Selecta*. Brasília (DF), v.7, n.4, p.1-18.

_____; CROCCO, M. A. 1996. Reestruturação Econômica e Impacto Regional: O Novo Mapa da Indústria Brasileira. *Nova Economia*. Belo Horizonte, v.6, n.1, p.77-103.

GARCIA, R., LEMOS, M. 2009. A Migração como Variável Endógena: Caracterização do Processo de Transformação das Regiões de Influência dos Pólos Econômicos Brasileiros. In: *Revista Economia*, Brasília (DF), v.10, n.2, p.253-275.

GUIMARÃES, E.N. e FARIA, G.A.; Desenvolvimento Regional e Infra-Estrutura Logística de Integração Territorial. In: XII Seminário sobre a Economia Mineira, *Anais...*, Diamantina, 2006.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: outubro e novembro de 2010.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>> Acesso em: outubro e novembro de 2010.

LEMOS, M., DINIZ, C. C., GUERRA, L., MORO, S. 2003. A Nova Configuração Regional Brasileira e sua Geografia Econômica. In: *Estudos Econômicos*, v. 33, n. 4, p. 665-700.

MATOS, R. 2005. Espacialidades em rede: população, urbanização e migração no Brasil contemporâneo. *Ed. C/Arte*, Belo Horizonte.

MARTINS, H. E. P., BERTOLUCCI JUNIOR, L., OLIVEIRA, P. L. DE. 2009. Crescimento populacional, evolução econômica recente e capacidade de polarização: um estudo em municípios de Minas Gerais. *Análise Econômica* (UFRGS). , v.52, p.25 - 50.

NEGRI, B., PACHECO, C. 1994. Mudança tecnológica e desenvolvimento regional nos anos 90: a nova dimensão espacial da indústria paulista. *Espaço e Debates*, v. 14, n. 38, p. 62-82.

PACHECO, C. 1996. Desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 6, p. 113-140.

Relação Anual de Informações Sociais (Rais). Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/geral/estatisticas.asp?viewarea=caged>>. Acesso em: setembro e outubro de 2010.

Mapa 1 – Municípios Crescentes (Acentuados e Moderados - 1985/2007)

